SENTENÇA

Processo n°: 1008137-17.2014.8.26.0566/01

Classe – Assunto: Cumprimento de Sentença - Interpretação / Revisão de Contrato

Exequente: MARIA LUCIA VIEIRA DA SILVA

Executado: BV Financeira S/A Crédito, Financiamento e Investimento

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Como recentemente venho decido em outros processo da mesma natureza reputo que a atualização monetária dos valores a serem devolvidos ao autor devem ser de forma simples não incidindo a regra de três usada pelo autor, porque inexiste na decisão lastro para tanto.

Em síntese, embora a ação tenha sido julgada improcedente em primeira instância, o v. acórdão deu provimento em parte ao pedido ao recurso autoral para condenar a ré ao pagamento de quantia certa, com juros e correção monetária nele especificados.

Não se trata, pois, de se proceder à revisão das parcelas do contrato, semelhante ao que se sucedeu em outros tantos feitos em que a devolução do indébito deveria se dar com a correção a partir de cada desembolso considerando o recalculo das parcelas.

Nesse aspecto, o entendimento, bem como os cálculos apresentados pelo autor (não se trata mais da aplicação de simples regra de três), fogem aos parâmetros fixados na coisa material julgada e que, por isso, ficam rechaçados em detrimento do depósito efetuado pela ré para o cumprimento da condenação.

Isto posto, acolho a impugnação apresentada pela ré e **julgo extinto** o feito, com fundamento no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil e autorizo o levantamento do depósito de fl. 20, em favor da ré.

Expeça-se o mandado de levantamento e, oportunamente, anote-se o necessário e providencie-se a baixa definitiva e arquivamento dos autos digitais.

P.R.I.

São Carlos, 20 de novembro de 2015.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA